

f) diligenciar no sentido de que os alunos se utilizem adequadamente das máquinas, ferramentas, instrumentos, equipamentos, etc.;

g) providenciar a preparação do local de trabalho, dos materiais, ferramentas, instrumentos, máquinas e materiais a serem utilizados, verificando as condições dos mesmos, o estado de conservação de todos os equipamentos e cuidados de segurança dos alunos, para assegurar a execução correta das tarefas e operações programadas;

h) observar e fazer observar, permanentemente, as normas de higiene e segurança do trabalho em todos os locais;

i) comunicar ao superior hierárquico as irregularidades e os problemas constatados, de qualquer ordem;

j) colaborar para o bom funcionamento dos laboratórios e das oficinas;

k) cuidar da preparação dos materiais de consumo, nos laboratórios, quando originários do almoxarifado;

l) providenciar e fazer observar, permanentemente, os procedimentos de uso dos laboratórios e das oficinas para ensaios de materiais de uso nos laboratórios e das oficinas;

m) participar de reuniões sempre que convocadas;

n) manter-se atualizado quanto ao desenvolvimento técnico, científico ou cultural, relativo ao seu campo de atividade;

o) freqüentar os treinamentos e cursos de atualização, extensão e outros promovidos pela Unidade de Ensino;

p) cuidar da instalação, manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e instalações dos laboratórios;

q) cuidar da organização do setor de manutenção e almoxarifado pertencentes aos laboratórios e suas instalações;

r) colaborar nos trabalhos gerais de instalação, manutenção e reparação, realizados na Unidade de Ensino;

s) zelar pela manutenção e conservação das máquinas, ferramentas, instalações e equipamentos de trabalho;

t) colaborar com o docente em programas de extensão universitária à comunidade;

u) desempenhar outras atividades correlatas e afins.

ANEXO II – A QUE SE REFERE O ITEM 9.
DO CAPÍTULO X – DAS PROVAS DO EDITAL Nº 119/01/2016
ÁREA DE ATUAÇÃO: MECATÔNICA INDUSTRIAL, MECÂNICA, AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, ELÉTRICIDADE E ELETRÔNICA.
PROGRAMAS DAS PROVAS
Desenvolvimento de projetos Eletroeletrônicos integrados com Sistemas hidráulicos-pneumáticos, Eletrohidráulicos/Eletroneumáticos e aplicação de CLPS. Fundamentos básicos de Pneumática e Óleo hidráulica como sistemas de transmissão de potência. Conceitos de sistemas de geração, transmissão, controle e atuação e seus componentes. Conceitos da mecânica clássica e dos elementos de máquinas construídas e manutenção dos principais tipos de ferramentas.
Resolução de problemas de natureza elétrica e magnética.
Algoritmos e lógica de programação. Implementação de algoritmos num linguagem de programação (Linguagem C), e Programação em linguagem assembler e em sistemas baseados em microcontroladores.
Normas de Desenho Técnico-Industrial: interpretação e entendimento. Medição para o controle da tolerância dimensional, bem como tolerância geométrica. Conceitos de Metrologia e Controle dimensional. Afinação e Calibragem de Equipamentos. Processos metalúrgicos de fabricação de peças metálicas. Processos de projeto e desenvolvimento de produtos, sua concepção, execução e especificação.
Modelagem e solução de circuitos elétricos básicos sob regime de corrente contínua e corrente alternada, por meio dos teoremas e leis clássicas de circuitos.
Conhecimento dos princípios físicos das leis de conservação dos sistemas mecânicos, da cinemática e da dinâmica.
Comandos Elétricos, Motores elétricos, Transformadores, Dispositivos de partida em motores de corrente alternada. Motor assíncrono trifásico, Aplicação em voltmetros, amperímetros, etc.
Contextualização dos circuitos digitais no âmbito da grande área da eletrônica, e sua importância no universo da mecatrônica, Domínio de ferramentas e metodologias do âmbito do projeto de sistemas digitais.
Compreensão de fenômenos relacionados às medidas de temperatura (termometria), trocas de calor (calorimetria) e comportamento dos gases e máquinas térmicas (termodinâmica). Conhecimento dos princípios físicos dos sistemas termodinâmicos aplicados aos processos produtivos.
Apresentação dos elementos da mecânica dos sólidos deformáveis necessários ao estudo dos estados de tensão e critérios de resistência dos materiais, bem como dos vasos de pressão e tubulações.
Compreensão da arquitetura de microprocessadores e microcontroladores. Utilização de linguagens de baixo nível, bem como ferramentas de simulação para tais dispositivos. Conhecimento e aplicação destes dispositivos na automação industrial.
Conhecimento das redes industriais para transmissão de dados. Correlacionamento dos conhecimentos e habilidades já adquiridas para o dimensionamento de uma rede industrial em situação real de automação de processos industriais.
Aquisição de conhecimento sobre as características técnicas, curvas típicas e formas de ondas dos semicondutores de potência, bem como dos circuitos que utilizam estes componentes. Conhecimento das aplicações da eletrônica nos processos de automação industrial.
Conhecimento da estrutura dos materiais metálicos, poliméricos, cerâmicos e compostos e suas propriedades mecânicas, térmicas, ópticas, elétricas e eletromagnéticas. Conhecimento da empregabilidade das ligas em projetos de equipamentos ou peças em geral. Relacionamento das modificações estruturais e microestruturais com as propriedades e os processos de fabricação.
Elaboração de desenhos/projetos de componentes mecânicos utilizando a computação gráfica, considerando as três dimensões próprias do processo de desenho simultaneamente. Desenvolvimento e estudo da construção de protótipos dos elementos de máquinas e de ferramentas de simulação e análise de elementos finitos CAE.
Capacitação na configuração e implementação de Automação Industrial com CLP, sistemas SCADA e SDCD.
Conhecimento de sistemas integrados, por meio das Tecnologias da Informação, de Gestão da Manufatura.
Conhecimento do funcionamento básico de um manipulador robótico, saber programá-lo bem como conhecer aspectos fundamentais da modelagem e análise de manipuladores. Conhecimento e avaliação da aplicação de robôs na manufatura. Especificação, programação, operação e manutenção de robôs industriais.
Conhecimento do funcionamento, da operação e da programação de máquinas CNC.
ANEXO III – A QUE SE REFERE O SUBITEM 11.1. DO ITEM 11, DO CAPÍTULO XII – DA CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIO DE DESEMPATE, CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO DO EDITAL Nº 119/01/2016
DOCUMENTAÇÃO A QUE ALIQUIDE O MANUAL DE RECURSOS HUMANOS
1. Currículo atualizado (simplificado);
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade);
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade);
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade);
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade);
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Carteira(s) de Nascimento;
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos quando for o caso;

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro;

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG;

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

11. Cópia do PIS/PASEP;

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações de votar;

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência);

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

FACULDADE DE TECNOLOGIA ADIB MOISES DIB – SAO BERNARDO DO CAMPO
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA AUXILIAR DE DOCENTE, Nº 126/01/2016
O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA – CEETEPS, a vista das disposições do Decreto nº 60.449, de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, através da Comissão Especial de Concurso Público da FACULDADE DE TECNOLOGIA ADIB MOISES DIB, da cidade de SAO BERNARDO DO CAMPO, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino Nº 25/2016, nos termos da Portaria CEETEPS-GDS Nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, em face da autorização governamental constante do Processo CEETEPS nº 5.976/2014 (SGP-10.908-15), publicada no DOE de 26/05/2015, seção I, página 1.
TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Concurso Público para preencher, mediante admissão, os (s) emprego(s) público(s) permanentes de AUXILIAR DE DOCENTE, PADRÃO I-A, DO SQEP-P DO QUADRO DE PESSOAL DO CEETEPS.
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS
1. A admissão far-se-á no regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar, obedecido nos termos do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.240 de 22/04/2014, publicada no DOE de 22/04/2014, e disposto no parágrafo único do artigo 445 da CLT, ficando reservado 5% (cinco por cento) do total das vagas a ser preenchida por candidatos com deficiência, nos termos da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, DOE de 19/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, DOE de 09/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, DOE de 15/10/2013.
- CAPÍTULO II
DO EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE
1. Área de atuação: AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL.
1.1. Número de vagas(s): 1.
1.2. Perfil do Candidato: Possuir conhecimentos teóricos e práticos na área de atuação do concurso;
Deverá ter boa capacidade na resolução dos problemas, ser dinâmico, ser organizado, ter pró-atividade, saber trabalhar em equipe, ter bom relacionamento com os colegas de trabalho, ser pontual e responsável;
Ser comunicativo, atencioso, paciente e gostar de atender as pessoas;
Deverá ter conhecimento básico de informática e computadores.
1.3. Jornada de Trabalho Semanal: Completa, com 40 (quarenta) horas semanais com disponibilidade para trabalhar nos turnos diurno e noturno e aos sábados.
2. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no anexo que faz parte integrante da Deliberação CEETEPS nº 008/2014, de 10/07/2014, publicada no DOE de 15/07/2014 e republicada em 31/07/2014, e que constitui o ANEXO II do presente Edital.
- CAPÍTULO III
DOS REQUISITOS
1. Área de atuação: AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL.
1.1. Ser portador de diploma de formação em educação profissional técnica de nível médio, com habilitação específica na área de atuação, ou;
1.2. Ser portador de diploma de curso de graduação na área de atuação do concurso.
CAPÍTULO IV
DOS VENCIMENTOS E JORNADA DE TRABALHO
1. O salário mensal é o correspondente ao PADRÃO I-A, da Escala Salarial – AUXILIAR DE DOCENTE, a que se refere o inciso III do artigo 25-A da Lei Complementar nº 1.044/2008, de 13/05/2008, publicada no DOE de 14/05/2008, acrescido pelo inciso I do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014, no valor de R\$ 2.376,42 (dois mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos) para a Jornada Completa de Trabalho, composta pela prestação de 40(quarenta) horas semanais.
CAPÍTULO V
DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES
1. As inscrições serão abertas no período de 30/05/2016 à 13/06/2016, no horário das 09H00 ÀS 12H00 E DAS 14H00 ÀS 18H00, no local abaixo indicado.
Local: Unidade de Ensino: FACULDADE DE TECNOLOGIA ADIB MOISES DIB
- Endereço: AVENIDA PEREIRA BARRETO, 200
- Bairro: CENTRO Cidade: SAO BERNARDO DO CAMPO
1.1. Informações: Telefone (11) 4121-8905/4121-9008 e-mail 11.26adm@cps.sp.gov.br
www.fatecsbc.edu.br
1.2. Não haverá atendimento aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, apesar desses dias serem computados no prazo.
2. São condições para inscrição:
2.1. ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou possuir nacionalidade portuguesa, desde que amparado pelo Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, na forma do disposto no artigo 12, § 1º, da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, artigo 3º;
2.1.1. poderá inscrever-se, ainda, os estrangeiros que possuem o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.
2.1.2. na hipótese de o candidato estrangeiro lograr êxito no Concurso Público, obriga-se a comprovar no momento do atendimento de sua convocação para admissão:
a) o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente, quando o mesmo se enquadrar na hipótese da naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "a", da Constituição Federal do Brasil;
b) o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante apresentação da cópia do requerimento da naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíam;
c) a hipótese da naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.
c) tendo nacionalidade portuguesa, preencher os requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíam.
2.2. possuir, no mínimo, 18 anos na data da inscrição;
2.3. estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;
2.4. estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral;
2.5. estar com o CPF (Cadastro de Pessoa Física) regularizado;

2.6. não possuir qualquer deficiência física ou mental que impeça o exercício de suas funções;

2.7. não possuir qualquer outra deficiência que impeça o exercício de suas funções;

2.8. não ter sido demitido e/ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968.

2.9. não ter sido inscrito na data da inscrição, o requisito descrito no Capítulo III deste Edital;

2.10. entregar uma cópia legível de um documento de identidade, no prazo de validade. São considerados documentos de identidade: Carteirais e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Civil; Carteira Profissional expedida por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteirais da CREA, OAB, CRC, CRM, etc; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997;

2.11. preencher ficha de inscrição, fornecida pela Unidade de Ensino, a qual declara possíveis condições indicadas nos subitens 2.1, a 2.9, do item 2 do presente Capítulo, e juntar uma cópia legível de um documento de identidade que contenha o número do Registro Geral (RG), ou, no caso de estrangeiro, do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE);

2.12. entregar o comprovante de recolhimento do valor de R\$ 51,81 (cinquenta e um reais e oitenta e um centavos) correspondente à taxa de inscrição, do Banco do Brasil S/A (Banco do Brasil Agência Governo), Agência nº 18997-X, Conta Corrente 100.872-2.

3. Para se inscrever por procuração, será entregue mandato, com firma reconhecida, acompanhada de uma cópia da cédula de identidade do candidato e de uma cópia do documento de identidade do procurador. O candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição.

4. Não serão recebidas inscrições por via postal, fac-símile, internet, condicionais e/ou extemporâneas.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do "nome social" para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento próprio.

6. A inscrição implicará o conhecimento das condições previstas no Edital e o compromisso de aceitação pelo candidato.

7. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelo Diário Oficial do Estado, ou por meio de divulgações afixadas nas dependências da Unidade de Ensino, as publicações de todos os editais alusivos ao certame.

7.1. As publicações afixadas nas dependências da Unidade de Ensino não têm caráter oficial, sendo meramente informativas.

8. A apresentação dos documentos exigidos, para efeito de inscrição, não exime o candidato da satisfação dos requisitos legais para a admissão.

CAPÍTULO VI
DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES
1. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino, cujo resultado será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado nas dependências da Unidade de Ensino, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis antes da realização da prova teórica, prevista no Capítulo X.
2. O deferimento da inscrição dependerá do correto preenchimento da ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador e, ainda, do atendimento às condições e requisitos de titulação previstos no Edital e do compromisso de aceitação pelo candidato.
2.1. Não será indeferida, ainda, a inscrição do candidato quando:
2.1.1. não registrar na ficha de inscrição a formação profissional;
2.1.2. não apor a assinatura na ficha de inscrição;
2.1.3. quando as cópias dos documentos juntados não estiverem em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação dos mesmos;
CAPÍTULO VII
DA REDUÇÃO OU ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
1. Nos termos da Lei 12.782, de 20/12/2007, poderá o candidato solicitar a redução de 50% (cinquenta por cento) da taxa estipulada, devendo atender, cumulativamente, os requisitos a seguir:
1.1. Seja estudante, assim considerado o que se encontrar regularmente matriculado em:
1.1.1. curso pré-vestibular;
1.1.2. curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação;
1.2. Perceba remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos, ou esteja desempregado.
3. No ato da inscrição apresentar os seguintes documentos:
3.1. Quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:
a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;
b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de classe; ou
3.2. Quanto às circunstâncias previstas no item 1.2 de comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.
2. Nos Termos da Lei Estadual 12.147, de 12/12/2005, poderá o candidato solicitar isenção total da taxa estipulada, devendo tanto apresentar no mínimo 3(três) documentos expedidos em nome do candidato, quanto a seguinte coladora credenciada pela UNIAQ, ESTADO ou MUNICÍPIO que comprovem a doação de sangue do candidato no período de 12(doze) meses anteriores a inscrição.
2.1. O documento de comprovação da qualidade de doador de sangue deverá ser juntado no ato da inscrição.
3. Será eliminado do concurso público o candidato que, não atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos nos itens 1 e 2, tenha obtido, com emprego de fraude ou qualquer outro meio que evidencie má fé, a redução tratada neste Capítulo.
4. A eliminação de que trata o item 3, importará a anulação da inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.
5. A Comissão Especial de Concurso Público analisará os pedidos de isenção em tempo hábil, manifestando-se quanto ao deferimento ou indeferimento.
6. No caso da solicitação ser indeferida, o candidato deverá proceder sua inscrição com o valor da taxa integral correspondente.
7. O candidato que realizar a inscrição com pagamento de taxa reduzida em desacordo com o determinado neste Capítulo terá a inscrição considerada invalidada.
CAPÍTULO VIII
DAS INSCRIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
1. Aos candidatos com deficiência, que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas no inciso VIII, do artigo 37, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Estadual nº 683, de 18/09/1992, ou por alterações previstas na Lei Complementar Estadual nº 932, de 08/11/2002, e Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do emprego público de Auxiliar de Docente.
2. Nos termos do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, os quais, em interação

com as condições ambientais físicas, sensoriais, psicológicas e sociais, ocasionam deficiências duráveis e significativas.
3. O candidato declara ser pessoa com deficiência, indicando na ficha de inscrição em campo específico e providenciando até o término da inscrição os documentos a seguir especificados:
3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Concurso quando a deficiência for permanente ou de longa duração, ou de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Concurso quando a deficiência não for permanente ou de longa duração, atestando o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao órgão responsável pelo diagnóstico, CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão;
3.2. Anexo ao Laudo Médico as informações como: nome completo, número de registro geral (RG) da Carteira de Identidade, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a identificação do Concurso a ser pleiteado.
4. De acordo com a deficiência, o candidato indicará na ficha de inscrição, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização das provas, conforme segue:
4.1. Ao candidato com deficiência visual que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1, do item 3, solicitará a convocação por meio de Braille, ou Ampliada, ou a leitura de sua prova por um fiscal ou a utilização de computador com software de leitura de tela ou ampliação de tela, especificando o tipo de deficiência.
4.1.1. Ao candidato com deficiência que necessitar de fiscal designado para auxiliá-lo na realização da prova, como leitor, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1, do item 3, poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do servidor.
4.1.2. Os candidatos com deficiências visuais que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia de aplicação das provas, reglete e punção, podendo utilizar-se de sorobã;
4.1.3. Os candidatos com deficiência visual (ampliação) que solicitarem prova especial ampliada, serão oferecidas prova nesse sistema, para tanto o candidato deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 24 e 28. Não havendo indicação a prova será confeccionada em fonte 24;
4.1.4. Os deficientes visuais (cegos ou baixa visão), que solicitarem prova especial por meio de utilização de software, deverão indicar software gratuito.
4.2. Ao candidato com deficiência auditiva que necessitar do atendimento de Interpretê de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais ou a utilização de aparelho auricular (sob suas expensas), que será inspecionado, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1, do item 3, deverá encaminhar solicitação formal.
4.2.1. Ao candidato com deficiência que necessitar de fiscal designado para auxiliá-lo na realização da prova, como intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1, do item 3, poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do servidor.
4.3. Ao candidato com deficiência física, que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1, do item 3, deverá solicitar mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova. O candidato de fiscal para auxiliar no manuseio da prova escrita e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc., especificando o tipo de deficiência.
4.4. O laudo médico o que se refere ao subitem 3.1, do item 3, deverá estabelecer também em função da deficiência, quanto tempo adicional necessitará o candidato para a realização das provas previstas no certame.
5. Os candidatos que não atenderem ao disposto nos subitens 3.1 e 3.2, do item 3, serão considerados pessoas sem deficiência. Nessas condições, mesmo que necessitarem dos recursos e condições específicas para a realização da prova, existentes nos subitens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 do item 4, não terão o atendimento especial, provas diferenciadas e tempo adicional, seja qual for o motivo alegado.
6. É de responsabilidade do candidato com deficiência observar a exigência dos requisitos contidos neste Edital de abertura de inscrições e declarar-se ciente das condições estabelecidas no certame.
7. O não atendimento ao disposto no item 3 ou cuja deficiência não seja constatada, será eliminado da lista especial, constante assim apenas da lista de classificação geral de habilitados.
8. Os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos, nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.
9. Não ocorrendo inscrição no concurso ou aprovação de candidatos com deficiência, as vagas reservadas ficarão liberadas, em observância ao disposto no §2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, e serão preenchidas pelos demais candidatos. Será elaborada uma nova lista de classificação geral, prosseguindo o concurso nos seus ulteriores termos.
10. A Comissão Especial de Concurso Público providenciará para que as provas do Concurso sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.
11. O candidato com deficiência deverá declarar, quando da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência.
12. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.
13. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do emprego público postulado, o candidato será eliminado do certame.
14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão da aposentadoria por invalidez.
15. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da prova ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.
16. Quando o número de candidato com deficiência for insuficiente para preencher as vagas reservadas, as que restarem serão distribuídas aos demais candidatos.
CAPÍTULO IX
DA BANCA EXAMINADORA
1. A Banca Examinadora será designada por ato do Diretor da Unidade de Ensino, composta obrigatoriamente por 03 (três) membros, contendo pelo menos um especialista na área de atuação do Auxiliar de Docente, que deverá presidir a Banca Examinadora.
2. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos. A inobservância desses princípios acarretará na anulação do certame.
3. Com a finalidade de atender o disposto neste Capítulo, o Diretor da Unidade de Ensino, mediante justificativa produzida no processo de concurso, poderá designar a Banca Examinadora com membros de outra Unidade de Ensino ou de fora do

CEETEPS, observando-se as regras estabelecidas no item 1 do presente Capítulo.

CAPÍTULO X DAS PROVAS

1. O Concurso Público contará, obrigatoriamente, com 2 (duas) fases, conforme especificado a seguir:

- 1.1. prova objetiva, composta por questões de múltipla escolha – prova teórica;
- 1.2. prova prática de habilidades operacionais e técnicas – prova prática;
2. A prova teórica versará sobre os conteúdos relacionados à área de atuação, objetivando avaliar o candidato sob o aspecto dos conhecimentos gerais do campo em que vier a atuar, e ainda:

- 2.1. Abordará conteúdos referentes a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação), e do Decreto nº 58.052, de 16/05/2012, que regulamenta a referida Lei no âmbito do estado de São Paulo;
- 2.2. O gabarito da prova teórica será disponibilizado nas dependências da Unidade de Ensino.
3. A prova teórica, terá a duração de 2(duas) horas.
4. O candidato poderá retirar-se, definitivamente, da sala destinada a prova escrita, decorrido 30 minutos de seu início.
5. Durante a realização da prova teórica não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização de máquinas calculadoras ou equipamentos eletrônicos.
6. Será eliminado do concurso público o candidato que:
 - 6.1. perturbar de qualquer modo o ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado;
 - 6.2. agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino, autoridade presente ou a outro candidato; e
 - 6.3. durante a realização das provas, for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada.
7. O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem acompanhamento de um fiscal.

8. A prova prática terá como finalidade avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento e habilidades voltadas a organização e ao preparo dos ambientes didáticos (laboratórios, oficinas, de campo, setores agropecuários, etc.), objetivando as aulas práticas relacionadas à área em que atuará, e terá a duração máxima de 1(uma) hora.

9. O programa das provas mencionadas no presente Capítulo constará do ANEXO II do presente Edital.

10. Os Editais de convocação para as provas serão publicados em DOE, divulgados na Unidade de Ensino, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, com a indicação do dia, hora e local das provas.

11. O candidato deverá comparecer ao local de inscrição para a aplicação das provas mencionadas no presente Capítulo, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição; e do original de um documento de identificação, de acordo com o relacionado no Capítulo V deste Edital.

12. Não será admitido na sala ou no local da prova, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para sua inscrição.

13. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, em nenhuma das fases, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecido.

14. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização das provas como justificativa de sua ausência.

15. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

CAPÍTULO XI DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O critério de julgamento das provas será eliminatório, não contando seus pontos para a classificação final.

1.1. A avaliação da prova teórica obedece à escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

1.2. Participará da fase seguinte o candidato que obtiver, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos do total da pontuação atribuída à prova, até um limite máximo de 10 (dez) candidatos, escolhidos em ordem decrescente de nota.

1.3. Havendo empate na décima colocação, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição participarão da fase subsequente.

1.4. Na avaliação realizada nesta fase, o candidato será considerado "qualificado" ou "não qualificado" para a fase subsequente do certame.

1.5. A convocação para a fase subsequente obedecerá ao disposto no subitem 1.2. do item 1 do presente Capítulo.

2. A avaliação da prova prática obedece à escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

3. A nota obtida na prova prática será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora, e será considerada a nota final para efeito de classificação.

4. Considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do total da pontuação prevista para a prova prática, ou seja, nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

CAPÍTULO XII DA CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIO DE DESEMPATE, CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Haverá lista onde constará todos os candidatos aprovados e classificados, conforme disposto no Capítulo III do Edital.

1.1. Haverá também lista especial atinente apenas aos candidatos com deficiência, na hipótese de se em aplicação a percentagem prevista no Capítulo I do presente Edital resultar em vaga.

1.2. A classificação final, publicada em DOE, obedece a ordem decrescente da nota final.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, aplicar-se-ão, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando-se a data do término das inscrições:

- 2.1. com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, nos termos do parágrafo único do artigo 27 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais, com prioridade ao de maior idade;
- 2.2. que obtiver maior nota na prova prática;
- 2.3. de maior idade;
- 2.4. que tenha, comprovadamente, sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/08/2008, direito este reconhecido, para quem exerceu a função de jurado, a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008;
- 2.4.1. para quem se beneficiar deste critério de desempate, o candidato deverá:
 - a) informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado;
 - b) estar ciente de que o exercício do emprego deverá apresentar prova documental de que exerceu essa função.
- 2.4.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficiar deste critério de desempate e não comprovare documental e não assumir o compromisso de não assumir mais o exercício dentro dos prazos estabelecidos.
- 2.4.3. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a unidade de ensino se valerá da ficha de inscrição e da cópia do documento de identificação.
3. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação, os candidatos com deficiência deverão se submeter à pericia médica para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego.

4. A pericia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser emitido em um prazo de cinco dias úteis, após o respectivo exame.

5. Findo os exames a que se referem os itens 3 e 4, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

6. Findo o prazo estabelecido no item anterior, serão publicadas no Diário Oficial do Estado as listas de classificação geral e especial, das quais serão excluídos os candidatos portadores de deficiência, considerados inaptos na inspeção médica;

7. O candidato, cuja deficiência não for configurada ou deixar de entregar o laudo no prazo estabelecido no item 5, constará apenas na lista de classificação geral.

8. Após publicação da homologação do concurso em DOE, o Diretor da Unidade de Ensino convocará por meio de Edital divulgado em DOE, o(s) candidato(s) aprovado(s) e classificado(s), observando o número de vaga(s) oferecida(s) no Certame.

8.1. A convocação obedecerá à ordem de classificação final.

9. A admissão será precedida de edital de convocação e só se concretizará se for na área de atuação em que o candidato tenha se inscrito e obtido êxito.

10. A admissão obedecerá a ordem de classificação final, e far-se-á de acordo com o Edital de Docente, do subgrupo de empregos públicos permanentes (SQEP-P), no padrão I-A, conforme disposto no preâmbulo do presente Edital.

11. O exercício ocorrerá após a publicação da Portaria de Admissão em DOE, obedecidos aos seguintes procedimentos:

- 11.1. entrega das documentações exigidas neste edital, que declarar o possuir à época da inscrição e ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da unidade de ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO III deste Edital;
- 11.2. entrega do atestado de saúde ocupacional; e
- 11.3. publicação do Ato Decisório, no caso de encontrarse em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI, do artigo 37 da Constituição Federal.

12. O candidato admitido assinará contrato de experiência com prazo de 30 (trinta) dias, conforme disposto na CLT.

CAPÍTULO XIII DOS RECURSOS

1. O candidato poderá interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a ser entregue e protocolado na Unidade de Ensino onde se inscreveu, em duas vias (original e cópia), no horário das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, a partir das datas das divulgações dos editais de cada uma das fases do concurso em Diário Oficial do Estado.

2. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.1. Cada questão ou item deverá ser apresentado em folha separada, com argumentação lógica e consistente.

3. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada etapa do concurso, desde que devidamente fundamentado.

4. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo, expressos em termos adequados e respeitosos, e que apontem circunstâncias que os justifiquem.

5. O recurso interposto por procurador só será aceito se estiver acompanhado do respectivo instrumento de mandato e de cópia reprográfica do documento de identidade do procurador.

6. Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fax, internet, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital, que não contemham os elementos determinados nos itens anteriores ou que estejam fora do prazo estipulado no item 1 deste Capítulo.

7. A apreciação do recurso é de competência do Diretor da Unidade de Ensino, cuja decisão é publicada no DOE.

8. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

9. Na hipótese de anulação de questões, o(s) ponto(s) relativo(s) serão(ão) atribuído(s) a todos os candidatos que prestaram a prova correspondente.

10. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

11. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do concurso, antes de sua homologação.

12. Na existência de recursos, a data da prova será fixada para após a resolução definitiva dos recursos impetrados e, neste caso, a Unidade de Ensino responsável pelo concurso encarregar-se-á do aviso aos candidatos da data fixada para a realização da prova.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição importará ao candidato o pleno conhecimento das disposições do Edital e na aceitação tácita das condições tais como se acham nele estabelecidas.

2. A inexistência das afirmativas ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do concurso, eliminará o candidato, independentemente de qualquer resultado obtido na(s) prova(s), sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que o diploma ou certificado de conclusão de curso seja:

- 3.1. autorizado por órgão competente, quando proveniente de habilitação profissional de nível técnico;
- 3.2. reconhecido, quando proveniente de curso de graduação superior (bacharelado, licenciatura ou de graduação tecnológica);
- 3.3. resultado por Universidade ou Instituição Oficial, que mantem cursos congêneres, credenciada junto ao órgão competente, quando proveniente de cursos realizados no exterior, seja de nível técnico ou de graduação superior (bacharelado, licenciatura ou de graduação tecnológica).
4. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.

4.1. Em logrando êxito no Certame, e estrangeiro que não cumprir as exigências previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do subitem 2.1.2, do item 2 do Capítulo V, será desclassificado e excluído do mesmo.

5. A Comissão Especial de Concurso Público poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos no Edital.

6. O prazo de validade do concurso público será de 1 (um) ano, a partir da data de homologação, em DOE, do Diretor da Unidade de Ensino, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Direção da Unidade de Ensino.

7. O candidato que não atender à convocação, recusar a admissão ou, convocado e admitido, deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no concurso.

8. A critério do Diretor da Unidade de Ensino, restando vaga, respeitando-se a validade do concurso e, após manifestação quanto ao emprego por parte de todos os candidatos aprovados e classificados, poderá ocorrer o aproveitamento daqueles que não atenderem à convocação para assumir a vaga ou dela desistiram, bem como, dos que deixaram de serem admitidos por não assumirem o exercício dentro dos prazos estabelecidos.

9. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente poderá ser aproveitado em outra FATEC do Centro Paula Souza, a critério do Diretor, mediante solicitação formal via Ofício.

9.1. O edital de convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo concurso e obedecerá a ordem de classificação.

9.2. O candidato que recusar o emprego público ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá

o direito

aprovado

no item

3.2.

na

vaga

de

despacho

de

acatado.

9.4. O candidato que aceitar o emprego público, mas não

entrar em

exercício ou não

entregar a

documentação para

formalizar a

admissão, no

prazo

estipulado, terá

exaurido os

direitos

decorrentes de

sua

habilitação no

concurso.

11. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

11.1. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

11.2. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

11.3. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

11.4. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

11.5. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

11.6. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

11.7. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

11.8. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

11.9. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

11.10. O edital em

virtude do

qual se

inscreveu, não

pagará pelo

cancelamento

do

concurso.

PUBLICO PARA AUXILIAR DE DOCENTE, Nº 127/01/2016 - PROCESSO CEETEPS Nº 3503/2016.

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA – CEETEPS, a vista das disposições do Decreto nº 60.445, de 15/05/2014, publicada no DOE de 16/05/2014, através da Comissão Especial de Concurso Pública da FACULDADE DE TECNOLOGIA PROFESSOR WALDOMIRO MAY, da cidade de CRUZEIRO, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino Nº 11/2016, nos termos da Portaria CEETEPS-GDS Nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, em face da autorização governamental constante do Processo CEETEPS nº 5.976/2014 (SGP-10.908-15), publicada no DOE de 26/05/2015, seção I, página 1.

TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Concurso Público para preencher, mediante admissão, o(s) emprego(s) público(s) permanente(s) de AUXILIAR DE DOCENTE, PADRÃO I-A, DO SQEP-P, DO QUADRO DE PESSOAL DO CEETEPS.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. A admissão far-se-á no regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar, obedecido nos termos do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.240 de 22/04/2014, publicada no DOE de 23/04/2014, o disposto no parágrafo único do artigo 445 da CLT, ficando reservado 5% (cinco por cento) do total das vagas a ser preenchida por candidatos com deficiência, nos termos da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, DOE de 19/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, DOE de 09/11/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, DOE de 15/10/2013.

CAPÍTULO II DO EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE

1. Área de atuação: INFORMATICA.

1.1. Número de vagas(s): 1.

1.2. Perfil do Candidato: Dinamismo, pró-atividade, organização, flexibilidade e capacidade de trabalho em equipe, habilidade técnica em: Banco de Dados, Manutenção de Computadores, Sistemas Operacionais Desktop e Servidores, Configuração e Instalação de Redes de Computadores, Serviços de Redes, Cálculo de VLAN, Gerencia de Projetos, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Programação em PHP, Habilidade em Linguagem de Consulta MySQL e Elaboração de Shell script.

As atribuições gerais a serem exercidas pelo candidato admitido são as seguintes especificadas:

- a) Organizar e preparar ambientes didáticos (laboratórios, oficinas, de campo, etc.) destinados às aulas práticas na organização curricular dos cursos;
 - b) Acompanhar e auxiliar o professor no desenvolvimento de aulas práticas e em outras atividades didáticas vinculadas a estrutura curricular dos cursos;
 - c) Proceder às manutenções corretivas e preventivas nos equipamentos, de acordo com procedimentos padronizados;
 - d) Zelar pela conservação, manutenção das máquinas, ferramentas, instalações e equipamentos de trabalho;
 - e) Cumprir e fazer cumprir as normas próprias dos laboratórios, oficinas, de campo, entre outras. Desempenhar outras atribuições correlatas, e afins, estabelecidas pela IE.
- 1.3. Jornada de Trabalho Semanal: Completa, com 40 (quarenta) horas, com disponibilidade para trabalhar nos turnos diurno e noturno e aos sábados.
2. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no anexo que faz parte integrante da Deliberação CEETEPS nº 008/2014, de 10/07/2014, publicada no DOE de 15/07/2014 e republicada em 31/07/2014, e que constitui o ANEXO I do presente Edital.

CAPÍTULO III DOS REQUISITOS

1.1. Ser portador de diploma de formação em educação profissional técnica de nível médio, com habilitação específica na área de atuação, ou

1.2. Ser portador de diploma de curso de graduação na área de atuação do concurso.

CAPÍTULO IV DOS VENCIMENTOS E JORNADA DE TRABALHO

1. O salário mensal e o correspondente ao PADRÃO I-A, da Escala Salarial – AUXILIAR DE DOCENTE, a que se refere o inciso III do artigo 25-A da Lei Complementar nº 1.044/2008, de 13/05/2008, publicada no DOE de 14/05/2008, acrescido pelo inciso I do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/201

ETEC GINO REZAGHI - CAJAMAR

PORTARIA DO DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA Nº 006/2016 DE 18/05/2016.

O Diretor da Escola Técnica da ETEC GINO REZAGHI, com fundamento na alínea "a", do Inciso II, do Artigo 2º da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, ALTERA a Comissão Especial de Concurso Público designada por meio da Portaria do Diretor da Escola Técnica, publicado no DOE de 13/04/2016, Seção I, página 166, passando a vigorar conforme a seguir especificado, sob a presidência do primeiro:

TITULARES:

- 1 - Andréia Lemi Souza, RG.: 48.725.846-0, Diretor de Serviço responsável pela Área Administrativa;
2 - Cecília Souza de Jesus, RG.: 17.378.185-8, Coordenadora Pedagógica;

- 3 - Wilson Roberto Lacerda de Santana, RG.: 17.754.529-X, Professor de Ensino Médio e Técnico;
4 - Jeice Galvani de Sousa Oliveira, RG.: 26.120.159-1, Professor de Ensino Médio e Técnico;

- 5 - Eric Rodrigues Gomes, RG.: 44.673.796-3, Auxiliar de Docente;

- 6 - Talitha Aline Piccolo Gomes, RG.: 34.519.288-6, Diretora de Serviços Acadêmicos.

"ETEC DE ITARARÉ - ITARARÉ

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DE DOCENTE Nº 243.011/2016 - PROCESSO CEETEPS Nº 2631/2016, Publicado no D.O.E. de 20/05/2016, Seção I - página 215 a 216.

ITEM 1.2 DO CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS: ONDE SE LÊ:

1.2. SER PORTADOR DE DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR EM BIQUÍMICA; ENGENHARIA BIQUÍMICA; ENGENHARIA DE ALIMENTOS; ENGENHARIA DE PRODUÇÃO QUÍMICA; ENGENHARIA INDUSTRIAL QUÍMICA; ENGENHARIA QUÍMICA; FARMÁCIA - BIQUÍMICA; QUALQUER MODALIDADE DE CURSO SUPERIOR SEQUENCIAL DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE QUÍMICA; QUÍMICA; TECNOLOGIA EM ALIMENTOS; TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO SUACROALCOOLEIRA; TECNOLOGIA EM QUÍMICA.

LEIA-SE:

1.2. Ser portador de diploma de curso superior em Biociquímica; Engenharia Biocímica; Engenharia de Alimentos; Engenharia de Produção Química; Engenharia Industrial Química; Engenharia Química; Engenharia Industrial Madeieira; Farmácia - Biocímica; qualquer modalidade de curso superior sequencial de formação específica na área de Química; Química; Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Produção Suacroalcooleira; Tecnologia em Química.

"FATEC VICTOR CIVITA TATUPÉ - SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR - EDITAL Nº 25/01/2016, PROCESSO Nº 8532/016.

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: REPOSIÇÃO AUTOMÁTICA A EQUIVOCADO DO ARTIGO 11 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.240.

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO E CONVOCAÇÃO PARA O EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO (PROVA DISSERTATIVA) E ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO.

A Diretora da Faculdade de Tecnologia Victor Civita - Tatupé, comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para o Exame de Conhecimento Específico e entrega no Memorial Circunstanciado, a ser realizado na FATEC Victor Civita - Tatupé sítua na Rua Antônio de Barros, 800 São Paulo, no dia 01/06/2016, horário: 10h00, tempo de duração do exame: 02 horas.

Após o exame os candidatos considerados classificados, participarão do sorteio dos temas para realização do exame didático (prova objetiva), que dará-se a 24 horas após o sorteio.

Os candidatos convocados com as inscrições deferidas atenderão ao disposto no item 9, Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições.

DISCIPLINA: Física Aplicada à Construção Civil/ Física Aplicada

INSCRIÇÕES DEFERIDAS: Nº de inscrição / Nome ou Nome Social / D.I.-Tipo / CPF

01/ Seymour Henrique Santos Santana / 54.341.856-X / RG / 023.872.925-70

02/ José Alves de Amorim / 33.882.607-5 - RG / 221.491.658-05

03/ Rafael Oliveira Rondon Muniz / 27.202.279-2 - RG / 306.714.288-88

04/ José De Paulo Cruz Filho / 55.743.488-9 - RG / 046.849.294-18

05/ Ernani Fernandes Moreira / 18.589.837-3 - RG / 124.310.658-79

06/ Octavio Mottasoglio Neto / 10.135.703-5 - RG / 011.598.468-20

07/ Felipe Macedo Kugel / 43.451.505-X - RG / 355.854.448-08

08/ Suelen Fernandes de Barros / 46.436.795-5 - RG / 384.708.188-80

09/ Alexandre Frequentes / 30.066.379-1 - RG / 308.038.168-80

10/ Sílvia Maria Kuva / 17.389.519-0 - RG / 138.888.508-51

11/ Júlio Batista Rodrigues da Silva / 04.147.972.111 (CNPJ) / 35.125.118-05

12/ Marcos Vinícius Mekonian / 0381263900 (CNPJ) / 360.704.288-99

13/ Alexandre Yasuda Migueletti / 01255798387 (CNPJ) / 070.492.097-24

14/ Rafael Teixeira Toffoli / 03258251567 (CNPJ) / 225.924.328-25

15/ Vinícius Oliveira Dos Santos / 44.200.807-7 - RG / 353.382.998-79

16/ Vinícius Roberto de Snylos Cassimiro / 28.129.441-0 - RG / 269.347.048-00

17/ Ricardo Luciano Rodrigues / 27.405.992-7 - RG / 248.408.558-38

18/ Eduardo de Souza Santos / 30.317.180-7 - RG / 228.073.958-56

19/ Daniel Mazzoni Maranhão / 06379658796 (CNPJ) / 104.709.458-42

20/ Hélio Mezzetti de Souza / 0360442207 (CNPJ) / 083.971.598-60

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS: Nº de inscrição / D.I.-Tipo/ CPF / MOTIVO

04 / 18.255.708-X / 176.934.228-76 / Não atendimento ao disposto no Capítulo III, item 2, do Edital de Abertura do Concurso.

16 / 01952992241 (CNPJ) / 128.918.488-70 / Não atendimento ao disposto no Capítulo III, item 2, do Edital de Abertura do Concurso.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 09/2015, alterada pela nº 24/2015, a Diretora da Faculdade de Tecnologia designa para compor a Comissão Julgadora, do referido certame, os seguintes membros:

TITULARES:

- 1 - Gilder Nader, RG: 50.960.829, Professor de ensino superior II - B - Presidente.
2 - Renato Marcon Pugliese, RG: 33.835.365-3, Professor de Ensino Superior I - B.

- 3 - Victor Augusto Sant Anna Valderamos Bittencourt, RG: 46.799.296-4, Professor Substituto
SUPLENTE:

- 1 - Aleksei Piterikh, RG: 18.377.820-0, Professor de Ensino Superior II - B.
2 - Juan Antonio Alcántara Núñez, RNE: V181470P, Professor Instrutor da Universidade de Guarulhos.
3 - Caroline Faria Alves Silva, RG.: 41.196.772-1, Assistente Administrativo

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO Nº 281/02/2016, PROCESSO Nº 3088/2016, PUBLICADO NO DOE DE 17/05/2016, SEÇÃO I, PÁGINA 215, 216 E 217. AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 26/05/2015, SEÇÃO I, PÁGINA 1 - PROCESSO Nº 5.976/2014 (SGP-10.908-15)

ONDE SE LÊ: O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS, a vista das disposições do Decreto nº 60.449, de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, através da Comissão Especial de Concurso Público da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE APIAÍ, da cidade de APIAÍ, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino Nº 002/2016, nos termos da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, em face da autorização governamental constante do Processo CEETEPS nº 5.976/2014 (SGP-10.908-15), publicada no DOE de 26/05/2015, seção I, página 1, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Concurso Público para preencher, mediante admissão, o(s) emprego(s) público(s) permanente(s) de Professor de Ensino Médio e Técnico, DO QUADRO DE PESSOAL DO CEETEPS, no componente curricular discriminado no Capítulo II deste Edital.

LEIA-SE: O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS, a vista das disposições do Decreto nº 60.449, de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, através da Comissão Especial de Concurso Público da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. CELSO CHARURI, da cidade de CAPÃO BONITO, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino Nº 002/2016, nos termos da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, e Despacho nº 021 - URH, em face da autorização governamental constante do Processo CEETEPS nº 5.976/2014 (SGP-10.908-15), publicada no DOE de 26/05/2015, seção I, página 1, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Concurso Público para preencher, mediante admissão, o(s) emprego(s) público(s) permanente(s) de Professor de Ensino Médio e Técnico, DO QUADRO DE PESSOAL DO CEETEPS, no componente curricular discriminado no Capítulo II deste Edital.

"ETEC DE APIAÍ - APIAÍ RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO Nº 281/02/2016, PUBLICADO NO DOE DE 17/05/2016, SEÇÃO I, PÁGINA 217 E 218.

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 26/05/2015, SEÇÃO I, PÁGINA 1 - PROCESSO Nº 5.976/2014 (SGP-10.908-15)

ONDE SE LÊ: O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS, a vista das disposições do Decreto nº 60.449, de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, através da Comissão Especial de Concurso Público da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE APIAÍ, da cidade de APIAÍ, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino Nº 002/2016, nos termos da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, em face da autorização governamental constante do Processo CEETEPS nº 5.976/2014 (SGP-10.908-15), publicada no DOE de 26/05/2015, seção I, página 1, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Concurso Público para preencher, mediante admissão, o(s) emprego(s) público(s) permanente(s) de Professor de Ensino Médio e Técnico, DO QUADRO DE PESSOAL DO CEETEPS, no componente curricular discriminado no Capítulo II deste Edital.

LEIA-SE: O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS, a vista das disposições do Decreto nº 60.449, de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, através da Comissão Especial de Concurso Público da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. CELSO CHARURI, da cidade de CAPÃO BONITO, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino Nº 002/2016, nos termos da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, e Despacho nº 021 - URH, em face da autorização governamental constante do Processo CEETEPS nº 5.976/2014 (SGP-10.908-15), publicada no DOE de 26/05/2015, seção I, página 1, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Concurso Público para preencher, mediante admissão, o(s) emprego(s) público(s) permanente(s) de Professor de Ensino Médio e Técnico, DO QUADRO DE PESSOAL DO CEETEPS, no componente curricular discriminado no Capítulo II deste Edital.

"FATEC ADIB MOISES DIB - SÃO BERNARDO DO CAMPO

CONCURSO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE Nº 126/01/2016

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA DO DIRETOR DE FACULDADE DE TECNOLOGIA Nº 025, DE 13/05/2016, PUBLICADO NO DOE DE 17-05-2016, SEÇÃO I, PÁGINA 197.

Onde se lê: "...área de atuação Automação Industrial..."

Leia-se: "...área de atuação Automação Industrial/Eletrônica/Mecatrônica"

"FACULDADE DE TECNOLOGIA ADIB MOISES DIB - SÃO BERNARDO DO CAMPO

CONCURSO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE - EDITAL Nº 126/01/2016

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA AUXILIAR DE DOCENTE, PUBLICADO NO DOE DE 24/05/2016 - Seção I - PÁGINA 143.

CAPÍTULO III DO EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE

ONDE SE LÊ:

1. - Área de atuação: AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL.

LEIA-SE:

1. Área de atuação: Automação Industrial/Eletrônica/Mecatrônica

CAPÍTULO III DOS REQUISITOS

ONDE SE LÊ:

1. Área de atuação: Automação Industrial

LEIA-SE:

1. - Área de atuação: Automação Industrial/Eletrônica/Mecatrônica

ANEXO II - A QUE SE REFERE O ITEM 9 DO CAPÍTULO X - DAS PROVAS DO EDITAL Nº 126/01/2016

ONDE SE LÊ:

ÁREA DE ATUAÇÃO: AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL

LEIA-SE:

ÁREA DE ATUAÇÃO: AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL/ELETRÔNICA/MECATRÔNICA

"FATEC JACARÉ - JACARÉ PORTARIA DO DIRETOR DA FACULDADE DE TECNOLOGIA Nº 006/2016

DE 06/05/2016

O Diretor da Faculdade de Tecnologia Da FATEC Jacaré, com fundamento na alínea "a", do Inciso II, do Artigo 2º da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, designa para compor, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, a Comissão Especial de Concurso Público, em atendimento ao Decreto nº 60.449/2014 de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, responsável pela realização do concurso público visando o preenchimento do emprego público permanente de Auxiliar de Docente, área de atuação Tecnologia da Informação/Banco de Dados/Geoprocessamento e áreas correlatas.

TITULARES:

- 1 - Ingrid Caroline Marcondes Pereira, RG.: 46.389.691-9 - Diretor de Serviços responsável pela Área Administrativa

- 2 - Edina Souza Vessio, RG.: 7.331.174-1, Diretora de Serviços responsável pela área Acadêmica

- 3 - Caroline Faria Alves Silva, RG.: 41.196.772-1, Assistente Administrativo

Supl

- 1 - ...
2 - "referência I-A"

- 3 - Nanci de Oliveira, RG 17.150.982-1, professor "referência II-B"

"FACULDADE DE TECNOLOGIA DE JACARÉ - JACARÉ

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA AUXILIAR DE DOCENTE, Nº 2580/2016 - PROCESSO CEETEPS Nº 3553/2016

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS, a vista das disposições do Decreto nº 60.449, de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, através da Comissão Especial de Concurso Público da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE JACARÉ, da cidade de JACARÉ, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino Nº 002/2016, nos termos da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, em face da autorização governamental constante do Processo CEETEPS nº 5.976/2014 (SGP-10.908-15), publicada no DOE de 26/05/2015, seção I, página 1, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Concurso Público para preencher, mediante admissão, o(s) emprego(s) público(s) permanente(s) de AUXILIAR DE DOCENTE, PADRÃO I-A, DO SQUEP-DO QUADRO DE PESSOAL DO CEETEPS.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Admissão farse-á no regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e legislação complementar, obedecido nos termos do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.240 de 22/04/2014, publicada no DOE de 23/04/2014, o disposto no parágrafo único do artigo 445 da CLT, ficando reservado 5% (cinco por cento) do total das vagas a ser preenchida por candidatos com deficiência nos termos da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, DOE de 19/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, DOE de 09/11/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, DOE de 15/10/2013.

CAPÍTULO II

DO EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE

1. Área de atuação: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/BANCO DE DADOS/GEOPROCESSAMENTO E ÁREAS CORRELATAS.

1.1. Número de vagas(s): 1.

1.2. Perfil do Candidato: O candidato deverá estar apto para atuar na operacionalização das atividades desenvolvidas, viabilizando a preparação de materiais e ambientes didáticos de aulas práticas como: disponibilização de fotografias aéreas, imagens de satélite (em papel), estereoscópio, para atividades de fotointerpretação; equipamentos de coleta de dados ambientais como GPS, estação total, calibragem e conservação de equipamentos, nos seus laboratórios de Cartografia/Desenho/Topografia, Fotogrametria, Informática e Geoprocessamento. Deverá ter habilidades e competências para prestar suporte ao docente e ao discente no desenvolvimento das atividades extra aula no que se refere a aplicação de metodologias básicas para utilização de equipamentos de coleta de dados ambientais ou na utilização de programas utilizados na área de geoprocessamento para o processamento desses dados. Conhecimentos básicos em banco de dados, lógica de programação, redes de computadores, instalação de programas necessários durante as aulas, carregamento e descarregamento de vídeos aula elaboradas pelos professores durante as aulas. Deve ter facilidade para trabalhar em equipe dentro da estrutura organizacional, ser dedicado e proativo e ter comportamento responsável e ético.

1.3. Jornada de Trabalho Semanal: Completa, com 40 (quarenta) horas com disponibilidade para trabalhar nos turnos diurno e noturno e aos sábados.

2. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no anexo que faz parte integrante da Deliberação CEETEPS nº 008/2014, de 10/07/2014, publicada no DOE de 15/07/2014 e republicada em 31/07/2014, e que constitui o ANEXO I do presente Edital.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS

1. Área de atuação: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/BANCO DE DADOS/GEOPROCESSAMENTO E ÁREAS CORRELATAS.

1.1. Ser portador de diploma de formação em educação profissional técnica de nível médio, com habilitação específica na área de atuação, ou

1.2. Ser portador de diploma de curso de graduação na área de atuação do concurso.

CAPÍTULO IV

DOS VENCIMENTOS E JORNADA DE TRABALHO

1. O salário mensal é o correspondente ao PADRÃO I-A, da Escala Salarial - AUXILIAR DE DOCENTE, a que se refere o inciso II do artigo 25-A da Lei Complementar nº 1.044/2008, de 13/05/2008, publicada no DOE de 14/05/2008, acrescido pelo inciso I do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014, no valor de R\$ 2.376,42 (dois mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos) para a Jornada Completa de Trabalho, composta pela prestação de 40(quarenta) horas semanais.

CAPÍTULO V

DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas no período de 30/05/2016 à 13/06/2016, no horário das 08H00 ÀS 17H00, no local abaixo indicado:

Unidade de Ensino: FACULDADE DE TECNOLOGIA DE JACARÉ

Bairro: AVENIDA FÁRIA LIMA, 155

Endereço: JARDIM SANTA MARIA Cidade: JACARÉ

1.1. Informações: Telefone (12) 3953-7926 e-mail f288acad@cps.sp.gov.br

www.fatecjacarei.com.br

1.2. Não haverá atendimento aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, apesar desses dias serem computados no prazo.

2. São condições para inscrição:

2.1. ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou possuir nacionalidade portuguesa, desde que amparado pelo Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, na forma do disposto no artigo 12, § 1º, da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, artigo 3º;

2.1.1. poder inscrever-se, ainda, os estrangeiros que possuem o Registro Nacional de Estrangeiro - RNE.

2.1.2. na hipótese de o candidato estrangeiro lograr êxito no Concurso Público, obriga-se a comprovar no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente, quando o mesmo se enquadra na hipótese da naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "a", da Constituição Federal do Brasil;

b) a concessão da nacionalidade brasileira na legislação de direito para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante apresentação da cópia do requerimento da naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram na hipótese da naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

c) tendo nacionalidade portuguesa, preencher os requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com o Brasil, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 3.297, de 19/09/2001, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

2.2. estar em, no mínimo, 18 anos na data da inscrição;

2.3. estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;

2.4. estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral;

2.7. não estar cumprindo sanção por inidoneidade aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade federal, estadual e/ou municipal;

2.8. não ter sido demitido e/ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 18/09/1968;

2.9. declarar possuir na data da inscrição, o requisito descrito no Capítulo II deste Edital;

2.10. entregar uma cópia legível de um documento de identidade, no prazo de validade. São considerados documentos de identidade: Carteira(s) e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Agência Reguladora, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteira(s) Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, tenham como documento de identidade comum, por exemplo, as Cartas do CREA, OAB, CRC, CRM, etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997;

2.11. preencher ficha de inscrição, fornecida pela Unidade de Ensino, na qual declara possuir as condições indicadas nos subitens 2.1. a 2.9. do item 2 do presente Capítulo, e juntar uma cópia legível de um documento de identidade que contenha o número do Registro Geral (RG), ou, no caso de estrangeiro, do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE);

2.12. entregar o comprovante de recolhimento do valor de RS 51,81 (cinquenta e um reais e oitenta e um centavos) correspondente à taxa de inscrição, do Banco do Brasil S/A (Banco do Brasil - Agência Comercial, Agência nº 1897-X, Conta Corrente 100.872-2).

3. Para se inscrever por procuração, será entregue mandato, com firma reconhecida, acompanhada de uma cópia da cédula de identidade do candidato e de uma cópia do documento de identidade do procurador. O candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição.

4. Não serão recebidas inscrições por via postal, fax-símile, internet, condicionais ou off-automáticas.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso e uso do "nome social" para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento próprio.

6. A inscrição implicará o conhecimento das condições previstas no Edital e o compromisso de aceitação pelo candidato.

7. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelo Diário Oficial do Estado, ou por meio de divulgações afixadas nas dependências da Unidade de Ensino, as publicações de todos os editais alusivos ao certame.

7.1. As publicações afixadas nas dependências da Unidade de Ensino não têm caráter oficial, sendo meramente informat